CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

STF autoriza operação da PF que investiga suposta triangulação financeira

Fonte original: Portal Juristas. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Portal Juristas (juristas.com.br)
Autor	Karina Silvério
Data de publicação	11/09/2026 11:34
URL original	https://juristas.com.br/noticias/stf-autoriza-operacao-da-pf-que-investiga-suposta-triangulacao-financeira/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Flávio Dino, André Feldman, Débora Gomes Feldman, Karina da Gama
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Fastfuture Tecnologias Emergentes, Academia Nacional de Cultura (ANC), Supremo Tribunal Federal, Prefeitura de São Paulo, Google News
Data da coleta	13/10/2026 04:05
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 07:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A investigação aponta que os recursos teriam sido repassados à ANC por quatro empresas: Complexsys Soluções Integradas Ltda., Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda. e Distribuidora de Produtos LMS Ltda.

• Os valores identificados foram de aproximadamente R$ 2,63 milhões e R$ 1,31 milhão provenientes da Complexsys, R$ 1,33 milhão da Ultra IP, R$ 603 mil da Fastfuture e R$ 300 mil da Distribuidora LMS.

• Entre os alvos estão André Feldman e Débora Gomes Feldman, responsáveis pela Complexsys e pela Fastfuture, e William Silva Ferreira, proprietário da Ultra IP.

• A Complexsys, por sua vez, afirmou que os valores recebidos pela empresa foram utilizados exclusivamente na execução do contrato de manutenção da rede Wi-Fi de São Paulo e negou qualquer relação com o financiamento da produção cinematográfica investigada.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Portal Juristas

RESUMO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a deflagração de uma operação da Polícia Federal que investiga uma suposta triangulação financeira envolvendo empresas e entidades vinculadas à empresária Karina da Gama, produtora do filme Dark Horse. A investigação aponta que os recursos teriam sido repassados à ANC por quatro empresas: Complexsys Soluções Integradas Ltda., Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda. e Distribuidora de Produtos LMS Ltda.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a deflagração de uma operação da Polícia Federal que investiga uma suposta triangulação financeira envolvendo empresas e entidades vinculadas à empresária Karina da Gama, produtora do filme Dark Horse. A operação foi realizada nesta quinta-feira (10).

Segundo relatório da Polícia Federal utilizado como fundamento para a decisão, aproximadamente R$ 6,1 milhões teriam sido movimentados em operações envolvendo o Instituto Conhecer Brasil (ICB), entidades ligadas à empresária e empresas terceirizadas. De acordo com os elementos apresentados pela PF, o ICB teria realizado pagamentos a empresas contratadas para a prestação de serviços relacionados ao contrato de manutenção da rede de Wi-Fi na cidade de São Paulo. Posteriormente, parte desses recursos teria sido transferida para a Academia Nacional de Cultura (ANC), organização social da cultura também vinculada a Karina da Gama. As duas entidades funcionam no mesmo endereço, localizado no bairro dos Jardins, em São Paulo.

A investigação aponta que os recursos teriam sido repassados à ANC por quatro empresas: Complexsys Soluções Integradas Ltda., Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda., Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda. e Distribuidora de Produtos LMS Ltda. Os valores identificados foram de aproximadamente R$ 2,63 milhões e R$ 1,31 milhão provenientes da Complexsys, R$ 1,33 milhão da Ultra IP, R$ 603 mil da Fastfuture e R$ 300 mil da Distribuidora LMS. Somados, os repasses alcançam R$ 6.175.273,64.

Na decisão, Flávio Dino apontou a existência de indícios de que recursos pagos pelo ICB a empresas terceirizadas poderiam ter retornado à esfera de disponibilidade dos responsáveis pela ANC. Para o

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

ministro, as movimentações justificariam o aprofundamento das investigações diante da possibilidade de ocorrência de desvio de recursos e lavagem de dinheiro.

A operação também cumpriu mandados de busca e apreensão contra empresários relacionados às empresas investigadas. Entre os alvos estão André Feldman e Débora Gomes Feldman, responsáveis pela Complexsys e pela Fastfuture, e William Silva Ferreira, proprietário da Ultra IP. Os investigados também estão proibidos de deixar o país.

A defesa de Karina da Gama informou que apresentou reclamação constitucional perante a Presidência do STF e afirmou que a medida não questiona o mérito da investigação. Segundo os advogados, a empresária vinha colaborando voluntariamente com as autoridades e teria entregue mais de 20 mil páginas de documentos à Polícia Federal. A defesa também sustentou que busca assegurar o cumprimento das decisões da Presidência do STF e a observância do princípio do juiz natural, reafirmando confiança no devido processo legal.

A Complexsys, por sua vez, afirmou que os valores recebidos pela empresa foram utilizados exclusivamente na execução do contrato de manutenção da rede Wi-Fi de São Paulo e negou qualquer relação com o financiamento da produção cinematográfica investigada. Segundo a empresa, uma perícia independente já apresentada nos inquéritos demonstraria a inexistência de vínculo entre o contrato de manutenção da rede e a produtora responsável pelo filme.

A Prefeitura de São Paulo também negou qualquer relação entre recursos municipais e a produção de Dark Horse. Em nota, a administração afirmou que o filme não recebeu recursos do Município e declarou não ter identificado irregularidades na assinatura e na execução do termo de colaboração firmado com o Instituto Conhecer Brasil. A Prefeitura informou ainda que a Controladoria Geral do Município acompanha as investigações desde as primeiras denúncias e instaurou procedimento administrativo em maio de 2026.

As investigações seguem em andamento, e os elementos reunidos pela Polícia Federal ainda deverão ser submetidos à análise das autoridades competentes, observados o contraditório, a ampla defesa e a presunção de inocência.

(Com informações do G1 por Rodrigo Rodrigues)

Ao entrar você está ciente e de acordo com os termos de uso e privacidade do Whatsapp.

PARTICIPE DO CANAL

Acompanhe o Juristas no Google News

receba as principais notícias jurídicas do Brasil

STF | operação da pf | suposta triangulação financeira

Fonte original: https://juristas.com.br/noticias/stf-autoriza-operacao-da-pf-que-investiga-suposta-triangulacao-financeira/ · Coletado em 13/10/2026 04:05 · Gerado em 27/11/2026 23:54